

Marcas do dizer: sentidos do *Arraial do Cuyabá*

Taisir Mahmudo Karim¹

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil
taisir@unemat.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.666>

Resumo

Este trabalho examina o movimento semântico, marcado ao longo dos tempos, do nome *Arraial do Cuyabá*, enunciado pela primeira vez em um documento oficial de 1719. As análises serão tomadas de uma posição enunciativa (GUIMARÃES, 2002), que considera que o estudo da significação deve se dar no acontecimento do dizer, posição que perpassa pelos estudos de enunciação de Benveniste e Ducrot. Para compreendermos o funcionamento desse movimento, que diz da história enunciativa do nome *Arraial do Cuyabá*, vamos observar a dispersão semântica que se apresenta, pelo efeito da evidência, como uma na sua relação integrativa de texto. Para tanto, tomamos alguns acontecimentos enunciativos, considerando uma ordem cronológica crescente, que trazem o nome *Arraial do Cuyabá*.

Palavras-chave: acontecimento; temporalidade; *Arraial do Cuyabá*; semântica do acontecimento; nomeação.

Marks of Uttering: The Senses of *Arraial do Cuyabá*

Abstract

This paper examines a semantic movement that was very noticeable over the years. Its name, *Arraial do Cuyabá*, was enunciated by the first time in an official document in 1719. This analysis assumes an enunciative position (GUIMARÃES, 2002), which considers that the study of meaning should be established in the happening of uttering. This position runs through the enunciation study proposed by Benveniste and Ducrot. To understand the functioning of this movement, which refers to the enunciative history of the name *Arraial do Cuyabá*, the semantic dispersion presented by the effect of evidence as a single whole in its textual integrative relation is observed. Therefore, some enunciative events that enunciated the name *Arraial do Cuyabá* are considered in increasing chronological order.

Keywords: discursive happening; temporality; *Arraial do Cuyabá*; happening semantics; naming.

Um percurso entrelaçado: história e teoria

Ao considerarmos a nomeação como um acontecimento de linguagem pelo qual algo recebe um nome e se constitui historicamente, propomos, neste artigo, observar a relação integrativa textual (GUIMARÃES, 2013, p. 43), a partir de alguns fragmentos enunciativos que semantizam o nome Cuyabá enquanto unidade semântica. Partimos da

¹ Professor Adjunto do Departamento de Letras UNEMAT/Cáceres. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT, membro do Centro de Estudo e Pesquisa em Linguagem – CEPTEL. Coordenador do Projeto de Pesquisa - Estudos da Significação: Nomes Próprios/FAPEMAT/CNPq.

posição que considera que essa relação constrói designações que predicam/determinam o nome, isto é, que dizem e significam as histórias constitutivas do nome Cuyabá. Aquela consideração nos leva aos estudos da significação tomados de uma posição enunciativa. Assim, o processo de nomeação neste estudo será observado do lugar da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), para a qual a nomeação é um procedimento de linguagem, que significa, de algum modo, o marco fundante das narrativas que dão existência histórica a algo no mundo. Para observarmos o funcionamento semântico-enunciativo em torno do nome Cuyabá, trazemos de início a noção de acontecimento para esse tipo de estudo semântico:

[...] algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato *no* tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes *no* tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença. (GUIMARÃES, 2002, p. 11-12)

O acontecimento de nomeação historiciza² uma temporalidade própria, constitutiva de sua existência enquanto acontecimento que passa a produzir sentidos pela/na linguagem a alguma coisa no e para o mundo. A temporalidade do acontecimento tem suas marcas configuradas pelo funcionamento de linguagem que recorta e traz um passado que não é memória e nem marca temporal cronológica, mas sim rememorações de enunciações já ditas, que significam no acontecimento do dizer, bem como abrem em si uma latência de futuro que projeta novas enunciações abertas pela temporalidade própria do acontecimento, ou seja, o acontecimento do dizer recorta um passado como memorável que faz significar a enunciação do presente do acontecimento. Este, por sua vez, abre em si uma latência de futuro, sua futuridade, assim, “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

Outro conceito que nos interessa, e que iremos mobilizar aqui, é o de espaço de enunciação, segundo Guimarães (2002, p. 18):

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer [...] O espaço de enunciação é um espaço político [...].

Em *Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil* (GUIMARÃES, 2008), o autor desenvolve um estudo sobre a formação do espaço de enunciação brasileiro estabelecida por uma divisão que se constitui de quatro períodos³. O segundo

² A historização não marca o lugar da historiografia, ela é constituída e determinada pelas condições sócio-históricas próprias de sua existência.

³ Conforme Guimarães (2008), a formação do espaço de enunciação no Brasil se divide em quatro períodos: o primeiro período começa com o início da colonização e vai até a saída dos holandeses em 1654; o segundo tem seu início com a saída dos holandeses e vai até a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808; o terceiro, que começa com a vinda da Família Real em 1808 e termina com a Independência. Em 1826, formula-se a questão da Língua Nacional do Brasil no parlamento brasileiro. E o quarto começa em 1826, estendendo-se até a atualidade.

período coincide, de modo bastante pontual, com o período político do objeto deste estudo, o período político do Brasil Colônia (tratamos de um acontecimento do ano de 1719). Esse período é marcado por inúmeras expedições chamadas de Entradas (expedições oficiais do Estado) e Bandeiras (expedições particulares organizadas pelos colonizadores), quase sempre autorizadas, e, às vezes, financiadas pela Coroa Lusitana. Essas expedições buscavam adentrar o sertão⁴ central da América do Sul no intuito de explorar as riquezas extrativistas e preação dos nativos/índios. É a partir dessas expedições que a colônia lusitana avança num movimento de expansão territorial; ao mesmo tempo, esses conquistadores que empunhavam a bandeira da Coroa Lusitana vão formando os primeiros povoamentos no sertão inóspito da América do Sul.

Esse movimento, que dá início às expedições e ocupação lusitana no sertão central da América do Sul e que culmina com a fundação dos primeiros núcleos urbanos na região, tem seu início entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. É um movimento sociopolítico sustentado pela busca desenfreada por novas conquistas e riquezas para a Coroa Lusitana, um movimento latente marcado por um pulsar desmedido à procura do desconhecido que ainda reclamava por sentidos não experimentados. Dentre o desconhecido, contava-se sobre uma lendária lavra, já cantada e partilhada no imaginário por muitos conquistadores, a Serra dos Martírios⁵, segundo a lenda, uma região aurífera de beleza exuberante donde o ouro brotava continuamente à flor da terra.

Na busca contínua pelas novas conquistas no sertão desconhecido, narram-nos as histórias sobre o lugar que uma surpreendente descoberta de lavras, na região do Rio Cuyabá e seus afluentes, determina a nova relação de convívio entre os conquistadores bandeirantes e o sertão central sul-americano, tem-se início a transição da ordem socioeconômica, enquanto prática social dos conquistadores, a mineração substitui a preação de nativos/índios e outras formas de extrativismo de até então naquela região. É a primeira marca de urbanização que o sertão, hoje o Estado de Mato Grosso, experimenta. Essa transição vem, então, acompanhada de novos valores e comportamentos, diria novos sentidos.

Esse acontecimento (a nova descoberta, o ouro) produz efeitos de sentido que passam a significar a região sob uma nova perspectiva sócio-histórica. Com a nova descoberta, os conquistadores bandeirantes passam a significar colonizadores lusitanos. Esse deslocamento da prática socioeconômica acaba por estabelecer uma relação de convívio com o lugar, isto é, dá-se o início da ocupação urbanizada no sertão central da América do Sul. O ano é de 1719, vejamos como esse acontecimento se dá, segundo a narrativa do historiador Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*:

[...] sem serem procuradas apareceram as minas de Cuiabá. Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros andavam à cata de índios quando encontraram os primeiros grãos de ouro em 1719, em tamanha abundância que extraía-se com as mãos e paus pontudos;

⁴ Consideramos o sertão, aqui, como o movimento que se deu a partir da costa do Atlântico em direção ao interior do continente sul-americano.

⁵ Segundo a historiadora Thereza Martha Borges Presotti (2008, p. 62), em *Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuyabá e Mato Grosso*. “O local da lendária serra dos Martírios parece ter sido encontrado por volta do ano de 1673 em uma expedição de conquista dos gentios serranos”.

tirava-se ouro da terra como nata de leite, na expressão pitoresca de Eschwege. Os bandeirantes viraram mineiros sem pensar e sem querer. (ABREU, 1907, p. 141)

A partir do acontecimento da *nova descoberta* (o ouro), novas práticas sociais são estabelecidas pelos conquistadores/colonizadores, novos sentidos passam a significar a região. São efeitos de sentido construídos pelo funcionamento próprio de linguagem em um espaço de enunciação ainda não definido, mas que vai se constituindo já do lugar do colonizador bandeirante, um espaço de intensas disputas, que se dá pelo contato com falantes e línguas ainda desconhecidos pelos colonizadores bandeirantes, como também pelos colonizados nativos/índios. É o lugar do não sentido⁶ se significando. É nesse espaço de enunciação ainda incerto que o nome *Arraial do Cuyabá* é enunciado. O funcionamento enunciativo dessa nomeação passa a dar existência histórica à geografia selvagem do sertão central da América do Sul. Essa geografia passa, então, a produzir sentidos do urbano no sertão inóspito. Assim, temos, na cena enunciativa do acontecimento de nomeação do lugar, um nome enunciado do lugar social de dizer do locutor-colonizador lusitano. Esse funcionamento produz o efeito que nos denuncia um espaço de enunciação já pré-determinado pela língua portuguesa e seus falantes, mas, ao mesmo tempo em que a enunciação nomeia o lugar pelo nome *Arraial do Cuyabá*, a evidência do dizer expõe também o lugar de disputas entre falantes e línguas no espaço de enunciação (um nome composto por hibridismo de duas línguas). Veremos como isso se dá mais adiante.

Como se observa, as expedições das Bandeiras marcam o lugar do sujeito⁷ lusitano no sertão central da América do Sul. Essas se dão na relação entre conquistar/explorar ou ocupar/urbanizar, e quase sempre a ocupação culmina com a institucionalização da região ocupada pelo Estado Português. Como esse caso específico estamos tratando de uma região litigiosa entre portugueses e espanhóis, cabe aqui lembrarmos que a região do *Arraial do Cuyabá* pertencia juridicamente à Coroa Castelhana, conforme Tratado de Tordesilhas de 1494⁸. Passemos agora à análise do processo de nomeação: o que essa cena enunciativa traz ao ser enunciada do lugar social do locutor colonizador-lusitano.

Entre a forma e o étimo

Uma análise do funcionamento morfossintático do nome *Arraial do Cuyabá* nos revela que ele tem sua forma construída pelo princípio binário proposto por Bosredon (1999), o primeiro nome, um elemento nominal classificador (*arraial*), pertence a uma rede tipológica que designa a classificação de espaços urbanos (classificador genérico urbano). Ou seja, esse elemento nominativo argumenta para a direção de uma escala constituída entre maior/menor na relação classificatória empregada para distinguir, entre

⁶ Cabe aqui uma distinção entre o não sentido e o sem sentido, conforme Orlandi (2007): o não sentido, em uma relação com a memória discursiva, é o irrealizado, aquilo que ainda não faz, mas pode vir a fazer sentido. O sem sentido, ao contrário, resulta de um esgotamento, de processos pelos quais as coisas perdem sentido, ou simplesmente não fazem sentidos (ORLANDI, 2007, p. 309).

⁷ Aqui tratamos a questão do sujeito conforme Guimarães (2002, p. 18), “São sujeitos da língua enquanto constituído [...] pelo espaço de enunciação. [...] São espaços habitados por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”

⁸ Tratado de Tordesilhas de 1494. Sobre a questão da divisão territorial entre Portugal e Espanha ver Maria Delfina do Rio Ferreira (1996).

outras coisas, a densidade demográfica dos espaços sócio-urbanos. O segundo nome, o elemento individualizante (do Cuyabá), um sintagma preposicional, funciona como o especificador que individualiza o nome. O nome do local se constitui, desse modo, pela junção dos nomes *Arraial* e *Cuyabá*, por um processo de formação nominal construído pelo processo de hibridismo (palavra do léxico português mais palavra do léxico indígena).

Assim, o acontecimento que nomeia o lugar com o nome *Arraial do Cuyabá* passa a dar existência ao que até então não significava, não existia, isto é, esse acontecimento de linguagem faz com que o lugar signifique pelo simbólico a urbe, constituída enquanto geografia de convívio e de práticas sócio-urbanas dos sujeitos ali instalados, se distanciando, assim, da possibilidade interpretativa de o lugar nomeado vir a significar o selvagem, o indômito (não que essa interpretação não fosse possível).

É importante observar que aqui nos distanciamos das ideias referencialistas, o nome não refere o lugar enquanto coisa, o nome para nós é entendido conforme Rancière (1994), quando caracteriza, de modo particular em *Os nomes da História*, a questão dos nomes. O autor considera que as palavras da história são nomes e que estes não classificam, eles identificam. Assim, o efeito de sentido produzido pelo nome, o da urbe, se dá antes mesmo de o lugar se apresentar como característica descritiva da palavra *Arraial* já convencionalizada, lugar com relativa densidade de moradores, casas/ranchos. Isso tem seu percurso natural, não é nosso objeto de análise. O que queremos mostrar é que o funcionamento enunciativo desse processo de nomeação já o faz designar como tal, ou seja, um espaço urbano. Não se trata, portanto, de uma mera relação referencialista, tampouco, de uma relação descritiva do lugar. A nomeação o significa enquanto algo construído sócio-historicamente pela linguagem. Já o sintagma preposicionado, do Cuyabá, um individualizador, ao ser acrescido como parte da construção morfossintática do nome, movimenta enunciações outras que produzem o efeito semântico localizador, isto é, o funcionamento enunciativo do nome *Arraial do Cuyabá* designa uma urbe localizada na região por onde passa o Rio Cuyabá.

Nesse sentido, a enunciação que nomeia o lugar recorta, como memorável, enunciações ligadas às narrativas do político/administrativo de Estado, as que dizem da tipologia normatizadora que classifica os espaços urbanos. É já o funcionamento da temporalidade do acontecimento que rememora enunciações outras, pois arraial designa um lugarejo que reúne um conjunto de casas com seus moradores, efeito esse construído e já estabilizado na história de enunciação constitutiva do nome.

Em relação ao nome Cuyabá, cabe aqui uma atenção especial, abriremos um parêntese para tratar das histórias de enunciação do étimo da palavra. Não há consenso quanto à língua de sua origem. Curiosamente, e o que nos interessa aqui, saber que os estudos diacrônicos relativos à origem da palavra estão ligados às línguas indígenas por si só nos diz algo. A enunciação de Cuyabá como parte do nome nos traz o memorável que enuncia as narrativas dos que ali habitavam, os nativos/índios. Essas histórias continuam presentes, produzindo sentidos. Os colonizadores bandeirantes, ao nomearem a região, o fazem do lugar do espaço de enunciação da língua portuguesa, a língua oficial da colônia, mas o nome ao ser enunciado nos revela a relação conflituosa entre falantes e línguas, falantes lusitanos e nativos/índios, língua portuguesa e línguas indígenas. É nessa incessante disputa que se dá a nomeação do lugar, assim, o nome *Arraial do Cuyabá* enunciado no espaço de enunciação da língua portuguesa enuncia

também a relação de conviviabilidade entre falantes colonizadores/colonizados e suas línguas.

Voltemos à questão do estudo da etimologia da palavra para procurar mostrar o(s) sentido(s) fundador da palavra/nome Cuyabá⁹. Essa análise ganha um cunho não meramente etimológico, isso porque as narrativas da etimologia do nome apresentam, em verdade, as histórias de enunciação do nome Cuyabá. Vejamos isso a seguir.

Em uma carta escrita em 1741, o padre jesuíta Agostinho Castañares, a serviço do governo espanhol, refere-se à região dizendo o seguinte:

[...] Está fundada dicha ciudad, segun tengo entendido, al principio del lago de los Jarayés, de aqui de esta banda del rio em tierra confinante con la de Assunción, *sobre el arroyo Cuyaverá*, que segun el mapa entra del este em rio Paraguay, y *del arroyo tomaria la ciudad la denominación de Cuyabá*. (CASTAÑARES *apud* FERREIRA, 2008, p. 74, grifo nosso)

Farinã, professor de Gramática e Semântica Guarani na Universidade Nacional de Assunção, faz as seguintes considerações a respeito da palavra *Cuyaverá*:

[...] Pero la etimologia que aporta lo misionero Agustin Castañares, cuya contracción seria Cuyabá, a mi entender se origina de: *kyya* = nutra o lontra em portugues, y *verá* = resplandeciente. Seria entonces una especie de roedor de los pantanos de piel grasosa y brillante. [...] Evidentemente *cuia* es *kyya* y *va* de *verá* = resplandeciente por La piel mojada del pantano. [...] KYIAVERÁ ou Rio da Lontra Brillante. Por corruptela de palavra, por aglutinação etimológica, virou CUYAVERÁ mencionado pelo Padre Agostinho Castañares em sua carta de 1741. [...] transformaram o rio CUIAVERÁ em CUIAVÁ, e, por conseguinte, CUIABÁ, [...]. (FARIÑA *apud* FERREIRA, 2008, p. 74, grifo nosso)

Fonseca (1866)¹⁰, em “Notícia da situação de Mato Grosso e Cuyabá: estudo de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamante situação de Mato Grosso, seu descobrimento de minas, e estabelecimentos de seus arraiais”, ao tratar da origem do nome Cuiabá, diz o seguinte: “Na margem oriental do rio Cuyabá está fundada a Villa d’este nome [...] que de S. Paulo sahiram *a conquistar o gentio cuyabano, de cujo nome se derivou o que hoje têm o rio e povoação*”. (FONSECA, 1866, p. 378, grifo nosso).

Ou ainda, em *Chronicas do Cuyabá* (SUZUKI, 2007), tem-se a seguinte descrição: “[...] até que subiram o rio Cuyabá, *assim chamado por acharem em suas margens cabaças plantadas pelo gentio, de que faziam cuias para seus usos. Outros affirmam que o nome de Cuyabá era nome de gentio, que neste rio habitava*” (SUZUKI, 2007, p. 46, grifo nosso).

Em 1723, o Capitão Antonio Pires de Campos envia notícias da região para o governo português e, em relação ao nome, refere-se do seguinte modo: “[...] subindo mais para cima vem um rio dar n’este do Cuyabá, que lhe chamam Cuyabá-Mirim, que nasce de *uma Bahia na qual habitava um lote de gentio chamados cuyabas*” (CAMPOS, 1723, p. 446, grifo nosso).

⁹ Um estudo mais detalhado que trata da questão etimológica da palavra/nome Cuiabá encontramos em Jucá (1989).

¹⁰ O texto foi escrito na primeira metade do século XVIII, mas não se sabe ao certo o ano.

Pedro Rocha Jucá (1989), em *O nome Cuiabá corresponde a Pantanal Mato-grossense* defende a seguinte descrição etimológica:

[...] *O nome Cuiabá, de acordo com estes estudos, seria de origem tupi-guarani, mais precisamente dos indígenas que dominavam a região mais meridional do Estado de Mato Grosso do Sul, conhecedores do Chaco e do Pantanal como expressões regionais. Como geralmente acontece com os topônimos, Cuiabá corresponde a uma descrição regional, por aglutinação. Com facilidade se chega a esta conclusão: Quá, Kuá, Cuá são variações fonéticas da identificação, em tupi-guarani, de vale, enseada, planície; y corresponde a água; e Ava ou abá a índio homem. Então, aglutinando-se Cuá-y-abá, teríamos Cuáyabá, e, finalmente, Cuiabá. Cuiabá seria portanto, Vale dos Índios das Águas, [...] (JUCÁ, 1989, p. 9, grifo nosso)*

Como se pode observar, as histórias de enunciações que dizem sobre a origem do nome Cuyabá apontam para um étimo em língua indígena e apresentam uma carga semântica que enuncia ora o lugar da relação das práticas sociais dos nativo-índios da região, ora a descrição do que há naquela região, uma clara correlação entre o lugar e o nativo/índio. É nesse sentido que o acontecimento de nomeação não marca uma geografia, uma região. A nomeação não está no nível referencial do nome com a coisa ou da intenção de alguém a atribuir sentidos a um determinado nome que passa a significar algo de modo estável, a enunciação movimenta o presente do acontecimento e recorta como memorável nesse acontecimento de nomeação as narrativas de origem do nome, a história de acontecimentos de enunciação que dizem sobre o nome, que dizem sobre o Cuyabá. Por outro lado, o Cuyabá enunciado enquanto nome de rio pelos conquistadores lusitanos designa as narrativas que desenham o caminho de entrada em direção aos rincões do sertão a ser conquistado. Assim, são todas essas relações designativas, construídas na história de enunciações do nome, que acabam por semantizar o nome da região numa relação instável, mas que se apresenta como representação do real estabilizada.

A seguir, procuraremos mostrar como o nome vai tecendo em si sua própria rede semântica a partir da relação integrativa em que funcionam os textos que enunciam o nome, construindo e movimentando, assim, sentidos que dão sustentação à nomeação do lugar.

A análise semântico-enunciativa

Para a análise semântico-enunciativa do nome *Arraial do Cuyabá*, tomemos a cena enunciativa¹¹ do acontecimento que nomeia e requer a região de Cuiabá, um acontecimento constituído pela sua Ata de fundação. Vamos observar, nessa cena, como se dá o acontecimento de nomeação do local pelos bandeirantes lusitanos:

Aos oito dias do mez de Abril de mil setecentos e dezenove annos, *neste Arraial do Cuyabá fez junta o capitão-mór Paschoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a elles este termo de certidão para noticia do descobrimento novo que achámos no ribeirão do Coxipó, invocação de Nossa Senhora da Penha de França, depois que foi o nosso enviado, o capitão Antonio Antunes, com as amostras que levou*

¹¹ Conforme Guimarães (2002), uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas de enunciação.

do ouro ao senhor General com a petição do dito capitão-mór, fez a primeira entrada onde assistiu um dia e achou pinta de um vintem, de dous e de quatro vintens e meia pataca, e a mesma pinta fez na segunda entrada, em que assistiu sete dias, e todos os seus companheiros, as suas custas, com grandes perdas e riscos, *em serviço de Sua Real Magestade, e como de feito temperdido oito homens brancos, fóra negros, e para que a todo o tempo vá isto a noticia de Sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos* e por assim ser verdade nos assignamos neste termo, o qual eu passei bem e fielmente a fé do meu officio como escrivão deste arraial. - Paschoal Moreira Cabral - Simão Rodrigues Moreira - Manoel dos Santos Coimbra - Manoel Garcia Velho - Baltazar Ribeiro Navarro - Manoel Pedroso Lousano - José de Anhaia Lemos - Francisco de Siqueira - Asenço Fernandes - Diogo Domingues - Manoel Ferreira - Antônio Ribeiro - Alberto Velho Moreira - João Moreira - Manoel Ferreira de Mendonça - Antonio Garcia Velho - Pedro de Godoi - José Fernandes - Antônio Moreira - Inácio Pedroso- Manoel Rodrigues Moreira - José Paes da Silva. (SUZUKI, 2007, p. 47, grifo nosso)

De imediato, vamos observar as condições sócio-históricas do acontecimento que legitima o processo de nomeação do lugar. Para os historiadores, a Ata que requer e nomeia o lugar é considerada o marco fundante do *Arraial do Cuyabá*. A Ata, o primeiro documento que oficializa a ocupação da região pelos lusitanos, data do ano de 1719, “Aos oito dias do mez de Abril de mil setecentos e dezenove annos”, período político do Brasil/Colônia de Portugal.

Como se sabe, a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII são historicizadas pelo avanço dos conquistadores bandeirantes, em especial os paulistas, que rumavam em direção ao sertão central da América do Sul. No documento (a Ata), os bandeirantes, ao requererem a posse da terra, que tem sua motivação no *descobrimento novo*, o achamento de ouro na região do Rio Cuyabá, nomeiam e oficializam a ocupação da região à Coroa Portuguesa. Esse acontecimento enunciativo funciona como marco fundante do início de ocupação sócio-urbana da região pelos lusitanos.

A cena enunciativa desse acontecimento é apresentada em língua portuguesa, assim o funcionamento do acontecimento se dá no espaço de enunciação da língua oficial do estado lusitano. O agenciamento específico constituído pela cena enunciativa acaba por produzir efeitos de sentido que oficializam a ocupação da região pelos bandeirantes a serviço da Coroa Portuguesa. Vejamos como se dá esse agenciamento. O acontecimento tem sua legitimidade garantida por ser enunciado do lugar social de dizer do colonizador lusitano, aquele que está autorizado a explorar a região.

O agenciamento dessa cena apresenta, assim, as figuras enunciativas com as seguintes características: um L, que se constitui enquanto lugar social de dizer do lugar do locutor-escrivão, o *eu* (escrivão), uma figura heterogênicamente que fala do seu lugar a fala do locutor-capitão-mór, o bandeirante paulista, a serviço da Coroa de Portugal (a representação do Estado). Essa representação assimila o lugar de dizer de um enunciador coletivo sob a perspectiva pronominal do *eu* que representa e fala em nome de *todos* do seu grupo, os responsáveis pelo *descobrimento novo*. Conforme enunciado que se segue, *fez junta o capitão-mór Paschoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a eles*.

Como se observa, a enunciação da ata apresenta uma cena caracterizada pelo agenciamento das seguintes figuras enunciativas: o (L) Locutor enuncia do lugar do

(lxi) = (lxii), isto é, o lugar social de dizer do locutor-escrivão/bandeirante que fala aquilo que o locutor-capitão-mór diz. Este enuncia da perspectiva do lugar de dizer do (Ecl) enunciador-coletivo, aquele que fala pelo grupo como a voz que representa os bandeirantes lusitanos a serviço da Coroa Portuguesa presentes no acontecimento, que têm como seu (al) alocutário a Coroa Portuguesa, como se pode observar no fragmento abaixo:

[...] junta o capitão-mór Paschoal Moreira Cabral com os seus companheiros e *lhes requereu a elles* este termo de certidão para noticia do descobrimento novo que achámos [...] *em serviço de Sua Real Magestade* [...] e por assim ser verdade *nos* assignamos neste termo, o qual eu passei bem e fielmente a fé do meu officio como escrivão deste Arraial.– Paschoal Moreira Cabral. (SUZUKI, 2007, p. 47, grifo nosso)

Esse agenciamento específico produz as condições de felicidade que garantem a performatividade do acontecimento de nomeação. A enunciação se dá do lugar social da representação da Coroa, lugar que está autorizado a dizer o que se diz: o capitão-mor-bandeirante, *a serviço de Sua Real Magestade* (o Rei de Portugal), fala em nome de todos da bandeira para o Estado Lusitano.

Como se vê, o nome que enuncia a região se dá em um documento que o oficializa enquanto nome (a ata)¹². Essa nomeação é enunciada por aquele que está autorizado a enunciar, o locutor-capitão mor bandeirante, aquele que pode e tem o direito de explorar, nomear e ocupar o sertão central para a Coroa Portuguesa.

O funcionamento semântico-enunciativo da nomeação na ata produz o efeito que instala sentidos como o da oficialização do Estado Lusitano na ocupação da região litigiosa. A nomeação do lugar também passa a significar o início da relação política do governo lusitano com a região *do descobrimento novo*, isto é, a ata que oficializa o nome do lugar passa a significar o lugar. É isso que possibilita, logo em seguida, requerer posse do lugar, e esse movimento constituído pela linguagem produz o efeito que passa a significar a ocupação da região pela Coroa Portuguesa.

Assim, a enunciação do nome *Arraial do Cuyabá* designa a região como território ocupado pelo estado português na América, portanto uma região sob o domínio das regras impostas pela Coroa Lusitana. Queremos chamar atenção aqui para o fato de que o modo de agenciamento enunciativo no acontecimento é determinante em relação ao que um enunciado possa significar, no nosso caso, o acontecimento de nomeação. A cada modo que se especifica o agenciamento das figuras enunciativas em uma cena, constroem-se gradualmente as relações designativas dos nomes nos mostrando que estes são instáveis entre o dizer e a coisa. Se tomássemos esse acontecimento do lugar do sujeito nativo/índio, ou do lugar do sujeito conquistador espanhol, por exemplo, evidentemente os efeitos de sentido seriam outros, não teríamos essa direção semântico-enunciativa. Não estamos dizendo com isso que o nome não significaria; o que estamos pontuando é que o efeito semântico seria outro, o

¹² Um texto importante em relação à questão que analisa a Ata de Fundação de Cuiabá como o lugar de legitimação da região sob a perspectiva da AD (análise de discurso) pode ser encontrado em Motta (2011). Segundo a autora, “Podemos dizer que a terra em Mato Grosso ganha estatuto de existência pela formulação da Ata, aos 8 dias do mês de abril e mil setecentos e dezenove, com a primeira escrita de um documento oficial, a Ata de Fundação do Arraial do Cuiabá” (MOTTA, 2011, p. 14).

funcionamento semântico-enunciativo do nome movimentaria outros relevos semânticos.

Algumas considerações

O que procuramos mostrar nesta análise é que a tessitura constitutiva da significação da rede semântica construída em torno do nome *Arraial do Cuyabá* se dá na relação integrativa textual a partir do acontecimento de dizer da nomeação. Essa relação se constitui e significa pelo funcionamento do nome sob dois aspectos: a relação morfossintática; e a relação semântico-enunciativo. Ambos se dão a partir do agenciamento enunciativo das figuras enunciativas na cena do acontecimento. São as representações dos lugares e modos de dizer (locutores/enunciadores), são essas considerações que movem os traços de sentidos que constroem o próprio nome no acontecimento do dizer, são efeitos de sentido que se configuram pela temporalidade própria do acontecimento.

A enunciação do nome o temporaliza e traz para o presente do acontecimento o memorável que o constitui e o significa. O nome passa a dar existência ao lugar, significando o novo e todas as histórias enunciativas já ditas que o constituem. Assim, o que ele (o nome) significa aqui é construído no espaço de enunciação pelo funcionamento das línguas, espaço em que se dá a relação de línguas e falantes, sujeitos exploradores e explorados, línguas que se entrecruzam e se constituem incessantemente, que travam uma franca e duradoura disputa de domínio e resistência. A língua portuguesa determina o movimento de conquista lusitana enquanto as línguas indígenas ancoram a resistência dos nativos/índios. O nome *Arraial do Cuyabá* então, ao enunciar esses lugares de dizer, vai construindo as histórias que evocam e ecoam sentidos à identidade política/jurídica/cultural do povo do *Arraial do Cuyabá*.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Morosco & C., 1907. 216 p.
- BOSREDON, B. Modos de ver, modos de dizer titulação da pintura e discursividade. *Revista Rua*, Campinas, n.5, p. 17-39, 1999.
- _____. Uma balada em toponímia: da Rua Descartes à Rua de Rennes. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. n.3. Campinas: Pontes, p. 7-20, 1999.
- CAMPOS, A. P. de. Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos, 1723. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXV, p. 437-449, 1862.
- CARTA Patente de 25 de setembro de 1748. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, Tomo CXLVI, ano 70 – 1998.
- CARTA Régia de 09 de maio de 1748. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Gráfica Olímpica Editora Ltda. Rio de Janeiro, 1973.
- FERREIRA, M. D. do Rio. *Das Minas Gerais a Mato Grosso – Gênese, Evolução e Consolidação de Uma Capitania*. Cuiabá: Editora UFMT, 1996. 223 p.

FONSECA, J. G. da. Notícia da Situação de Mato-Grosso e Cuyabá: Estado de Umas e Outras Minas e Novos Descobrimentos de Ouro e Diamantes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.29, p. 352-390, 1866.

GUIMARÃES, E. *Textos e argumentação: um estudo de conjunções do Português*. Campinas: Pontes, 1987. 200 p.

_____. *Os limites dos sentidos*. Campinas: Pontes, 1995. 91 p.

_____. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002. 92 p.

_____. *Espaço de Enunciação e Política de Línguas no Brasil*. Brasília: MEC, 2008. 56 p.

_____. *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. São Paulo: Hucitec, 2013. 160 p.

JUCÁ, P. R. O nome Cuiabá corresponde a pantanal mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, São Paulo, tomos CXXIX e CXXX, Ano 60, p. 7-18, 1989.

KARIM, T. M. Brasil Colônia/Império: da ocupação à fundação do território da Capitania Minas do Cuyabá/Mato Grosso um estudo semântico de nomeação. In: BRESSANIN, J. A. et al. (org.). *Linguagem e interpretação: a Institucionalização dos dizeres na história*. Campinas: RG, 2013. p. 13-31.

MOTTA, A. L. A. R. O discurso da normatização da terra. *Revista Rua*, Campinas, n.17, p. 114-126, 2011.

ORLANDI, E. Educação em direitos humanos: um discurso. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (orgs.). *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológico*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 295-312.

PRESOTTI, T. M. B. *Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuyabá e Mato Grosso*. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em 2008) – Departamento de História-IH/Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília.

RANCIÈRE, J. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. Campinas: Pontes, 1994. 116 p.

SUZUKI, Y. T. *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007. 272 p.

Recebido em: 26/09/2015

Aprovado em: 18/03/2016